

Políticas públicas na agenda de gênero e sexualidade: análise interdiscursiva de textos em circulação no abrigo Pricumã, Boa vista, Brasil

Políticas públicas en la agenda de género y sexualidad: análisis interdiscursivo de textos en circulación en el albergue Pricumã, Boa Vista, Brasil

Public policies in the gender and sexuality agenda: interdiscursive analysis of texts circulating in the Pricumã shelter, Boa Vista, Brazil

Como citar:

De Oliveira Teixeira, A., de Melo Resende, V. e Gonçalves Gonzalez, C. (2026). Políticas públicas na agenda de gênero e sexualidade: análise interdiscursiva de textos em circulação no abrigo Pricumã, Boa vista, Brasil. *Analecta Política*, 16(30), 1-24

Recebido:

30 de junho de 2025

Aceito:

11 de fevereiro de 2026



Adriana de Oliveira Teixeira

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística
Universidade de Brasília
adryana_teixeira@yahoo.com.br



Viviane de Melo Resende

Professora Associada do Centro de Estudos Avançados e do
Departamento de Linguística Universidade de Brasília
resende.v.melo@gmail.com

**Carolina Gonçalves Gonzalez**

Professora no Departamento de Linguística Português e Línguas Clássicas
Universidade de Brasília
carolgonzalezmestrado@gmail.com

Resumo

Neste artigo analisamos como Políticas Públicas na agenda de gênero e sexualidade são difundidas, por atores no processo decisório, como Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), no espaço do abrigo Pricumã, que é parte da Operação Acolhida, – resposta do Governo Federal Brasileiro para o movimento migratório de pessoas venezuelanas na fronteira entre os dois países (Brasil/Venezuela), que consiste na (re)distribuição dessa população em abrigos em Boa Vista, Pacaraima e outras cidades. Buscamos, ainda, identificar significados emergentes e contextuais assumidos quanto às desigualdades de classe, raça e gênero nos textos em circulação no abrigo Pricumã em Boa Vista, Roraima, Brasil. Parte de um projeto de pesquisa mais amplo e o seu corpus está composto por cinco textos: dois folders e três cartilhas, todos coletados no trabalho de campo realizado no abrigo Pricumã. As análises assumem como pressuposto teórico-metodológico a Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas (AIPP), com vistas à identificação de traços que regem práticas sociais e discursivas especificamente relacionados a estereótipos e sentidos hegemônicos em disputa. Os resultados dessa análise apontam que os textos em circulação no abrigo Pricumã servem como importante instrumento de letramento e acesso a políticas públicas na agenda de gênero e sexualidade, acionando sentidos emergentes articulados a momentos de debate e discussão.

Palavras-chave: políticas públicas; gênero; sexualidade; população LGBTQIAPN+; abrigo Pricumã; Operação Acolhida; Análise interdiscursiva de Políticas Públicas; letramento; folder; cartilha.

Resumen

En este artículo analizamos cómo las Políticas Públicas en la agenda de género y sexualidad son difundidas por actores del proceso decisorio, como el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), en el espacio del albergue Pricumã, que forma parte de la Operación Acogida –respuesta del Gobierno Federal brasileño al movimiento migratorio de personas venezolanas en la frontera entre ambos países (Brasil/Venezuela)–, la cual consiste en la (re)distribución de esa población en albergues en Boa Vista, Pacaraima y otras ciudades. Buscamos, además, identificar los significados emergentes y contextuales asumidos en torno a las desigualdades de clase, raza y género en los textos en circulación en el albergue Pricumã, en Boa Vista, Roraima, Brasil. Este trabajo forma parte de un proyecto de investigación más amplio y su corpus está compuesto por cinco textos: dos folletos y tres cartillas, todos recolectados durante el trabajo de campo realizado en el albergue Pricumã.

Los análisis asumen como presupuesto teórico-metodológico el Análisis Interdiscursivo de Políticas Públicas (AIPP), con miras a identificar los rasgos que rigen las prácticas sociales y discursivas relacionadas específicamente con estereotipos y sentidos hegemónicos en disputa. Los resultados de este análisis señalan que los textos en circulación en el albergue Pricumã sirven como un importante instrumento de alfabetización y acceso a las políticas públicas en la agenda de género y sexualidad, activando sentidos emergentes articulados a momentos de debate y discusión.

Palabras clave: políticas públicas; género; sexualidad; población LGBTQIAPN+; albergue Pricumã; Operación Acogida; Análisis Interdiscursivo de Políticas Públicas; alfabetización; folleto; cartilla

Abstract

In this article, we analyze how Public Policies on the gender and sexuality agenda are disseminated by actors in the decision-making process, such as the United Nations Population Fund (UNFPA), within the Pricumã shelter, which is part of Operation Welcome - the Brazilian Federal Government's response to the migration of Venezuelan people across the border between the two countries (Brazil/Venezuela), which involves the (re)distribution of this population in shelters in Boa Vista, Pacaraima, and other cities. We also seek to identify emerging and contextual meanings regarding class, race, and gender inequalities in the texts circulating within the Pricumã shelter in Boa Vista, Roraima, Brazil. As part of a broader research project, the corpus considered for this article consists of five texts: two brochures and three booklets, all collected during fieldwork conducted at the Pricumã shelter. The analyses assume as a theoretical-methodological premise the Interdiscursive Analysis of Public Policies (IAPP), with the aim of identifying traits that govern social and discursive practices specifically related to stereotypes and hegemonic meanings in contention. The results of this analysis indicate that the texts circulating in the Pricumã shelter serve as an important tool for literacy and access to public policies on the gender and sexuality agenda, activating emerging meanings linked to moments of debate and discussion.

Keywords: public policies; gender; sexuality; LGBTQIAPN+ population; Pricumã shelter; Operation Acolhida; Interdiscursive Analysis of Public Policies; literacy; folder; booklet.

Introdução

Políticas públicas relacionadas à pauta de gênero e sexualidade no Brasil ganharam maior relevância política a partir da segunda metade do século XX, apesar de as primeiras articulações nesse campo serem datadas do período de epidemia do vírus HIV, na década de 1980. Foi a partir do surgimento dessa emergência global de saúde pública que pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, estigmatizadas socialmente por serem consideradas grupo de risco, passaram a fortalecer suas atuações políticas em busca de direitos e legitimidade social. Especialistas como Torres e Santos Junior (2024), Froemming; Irineu; Navas (2009), Cabral e Brandão (2009) concordam unanimemente que ações públicas nacionais e internacionais em torno do vírus HIV foram o passo inicial para o surgimento de políticas públicas específicas para a população LGBT no Brasil.

O fim do período ditatorial no Brasil (1985) marcou outro momento de intensa atuação de movimentos sociais em busca do reconhecimento de suas demandas na nova Constituição brasileira, “frequentemente chamada de Constituição Cidadã” (Cabral; Brandão, 2009, p.76). Essa Carta Magna evidencia compromisso político com os direitos humanos e apregoa que entre os objetivos fundamentais da República está: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (Brasil, 1988, art. 3, IV). Nesse sentido, é inegável o reconhecimento da Constituição Federal Brasileira (CFB) como um marco para a garantia dos direitos de grupos subalternizados, articulada a tratados internacionais que potencializam a base legal da defesa dos direitos de populações LGBTQIAPN+ (Torres & Santos Junior, 2024).

Debates sobre os direitos da população LGBTQIAPN+, produzidos no âmbito de grupos sociais e espaços acadêmicos, têm oportunizado enxergar as especificidades dessa população, inclusive quando inserida em contínuos movimentos migratórios. De forma gradual, os novos estudos de mobilidade têm apontado a presença de populações LGBTQIAPN+ em grupos migratórios, contrariando a lógica hegemônica cis-heteronormativa, centrada na perspectiva de mobilidade como um projeto masculino e sempre motivado por fatores econômicos. Paulatinamente, tem se observado que sujeitos LGBTQIAPN+ se deslocam também em virtude das diversas formas de violência e opressão que enfrentam nos locais de origem, que levam à busca de novos territórios que lhes permitam o direito de SER. Temas como sexílio e migração trans estão nessa “roda” de debates (Agualusa, 2004).

O Brasil tem sido historicamente rota migratória para muitas populações e, mais recentemente, tem recebido um número expressivo de pessoas vindas da Venezuela, em virtude da crise humanitária que o país enfrenta. Estima-se que aproximadamente 600 mil¹ pessoas, entre migrantes e refugiadas, se encontram no Brasil, compondo uma imensa diversidade de perfis populacionais (Baeninger et.al, 2022). O estado brasileiro que mais recebe essa população é Roraima, chegando a um quantitativo de aproximadamente 10 mil pessoas por mês em 2024. Em resposta a esse fluxo migratório, desde 2018 o governo federal, junto às forças armadas e as ONGs parceiras, realiza a Operação Acolhida.

A realidade migratória venezuelana deve ser pensada a partir das diversas interseções que atravessam esse movimento, cuja compreensão não pode ser desprezada na análise do processo. Dentre elas, destacamos os marcadores de gênero e sexualidade como categorias fundamentais para os estudos migratórios internacionais (Andrade, 2016). Nesses termos, é necessário refletir e debater sobre políticas públicas de gênero e sexualidade no campo da migração para compreender que os direitos não se realizam apenas no plano jurídico, mas também no cotidiano das práticas institucionais, nos territórios e nas interações sociais.

Pensando nisso, neste artigo discutimos como políticas públicas na agenda de gênero e sexualidade são difundidas por atores no processo decisório (Resende, 2018), como o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), em um dos abrigos da Operação Acolhida, em Boa Vista - Roraima. Também identificamos significados emergentes e contextuais assumidos quanto às desigualdades de classe, raça, gênero nos textos produzidos e em circulação no abrigo, como parte da pauta de políticas públicas de gênero e sexualidade no Brasil.

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento junto ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL/UnB). O lócus da investigação é o abrigo Pricumã, em Boa Vista, Roraima, e o método de investigação sustenta-se na perspectiva da pesquisa etnográfico- discursiva nos termos de Magalhães; Martins; Resende (2017). Do material coletado na pesquisa, serão utilizados para análise neste artigo textos em circulação no abrigo, tais como cartilhas educativas e pôsteres com diretrizes de políticas públicas relacionadas à pauta de gênero e sexualidade produzidos pelo Fundo de População das Nações Unidas.

1 Fluxo de venezuelanos supera da Ucrânia e mundo bate recorde de refugiados

O texto está dividido em quatro seções, a primeira trata sobre políticas públicas brasileiras para acolhimento de pessoas refugiadas; a segunda, aborda em linhas gerais, os aparatos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa; a terceira, apresenta os gêneros textuais analisados, como gêneros discursivos; a quarta apresenta a análise crítico-discursiva do corpus da pesquisa, e por fim, as conclusões feitas a partir das análises.

Políticas Públicas nacionais para acolhimento de pessoas refugiadas e o abrigo Pricumã

O Brasil consolidou seu compromisso com a proteção a pessoas refugiadas ao aderir à Convenção de 1951 e ao Protocolo de 1967, mas foi a partir da Constituição de 1988 que se abriram caminhos legais mais sólidos para garantir esses direitos, culminando na Lei nº 9.474/1997 (Estatuto do Refugiado) – marco do sistema nacional de refúgio. Essa legislação incorpora definições amplas de refúgio, incluindo situações de perseguição e de violação de direitos humanos, conforme a Declaração de Cartagena (1984), e estabelece o CONARE como órgão responsável pela análise dos pedidos de refúgio.

O processo legislativo teve influência de atores não estatais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que buscava ampliar o número de países receptores em um cenário global cada vez mais restritivo. O Brasil destacou-se na América do Sul ao instituir um marco legal pioneiro, que se tornou referência para países do Mercosul.

Nesses termos, com o intenso deslocamento de pessoas venezuelanas para os países da América do Sul, o Brasil precisou adotar medidas para assistência e acolhimento dessa população. A partir de 2018, foi estabelecida a Operação Acolhida, como estratégia para a interiorização de parte da população venezuelana migrada e a instalação de abrigos. Atualmente, sete abrigos estão em funcionamento, seis deles em Boa Vista e um em Pacaraima. Cerca de 187 mil pessoas foram abrigadas desde o período em que foi instituída a Operação.

O abrigo Pricumã, localizado na capital, tem aproximadamente 800 pessoas abrigadas. Fundado no período da pandemia da Covid-19 para atender casos de coronavírus, posteriormente foi ampliado para receber pessoas adoecidas de

modo geral, incluindo casos psiquiátricos. Com a redução do número de registros de Covid-19 e o aumento contínuo no número de pessoas refugiadas, o local passou a receber diferentes demandas, não somente para tratamentos de saúde, mas permaneceu com a imagem de lugar que acolhe essencialmente doentes². Consideramos sintomático que seja esse abrigo, tradicionalmente utilizado por pessoas doentes, o encaminhamento principal da população LGBT refugiada em Boa Vista, pois o fato ecoa a longa tradição de patologização da homossexualidade.

Até 1973, a American Psychiatric Association classificava o “homossexualismo” como transtorno mental no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM); a Organização Mundial da Saúde só retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID) em 1990. No Brasil, o termo “homossexualismo”, com sufixo “ismo” marcando doença, permaneceu em documentos oficiais até a atualização do CID-10 em 1993. Essa história de medicalização deixou marcas profundas como associações a uma suposta anormalidade e submissão de corpos dissidentes a terapias de choque, internações e violências corretivas. Quando, portanto, pessoas LGBTQIAPN+ são encaminhadas justamente para o abrigo “dos doentes”, reinscreve-se simbolicamente essa herança de controle sanitário.

A administração do local é feita pela Fraternidade Sem Fronteiras (FSF), organização sem fins lucrativos que atua em diferentes países com intuito de auxiliar pessoas migrantes e refugiadas. Dentre as atividades desenvolvidas pela ONG no Brasil, há o trabalho de interiorização da população venezuelana, em parceria com o exército; arrecadação de roupas, alimentos e utensílios; orientação quanto à retirada de documentos e auxílio para inserção socioeconômica no país.

As atividades também incluem desenvolvimento de ações educativas no intuito de desfazer a ideia de que Pricumã é o “abrigo dos doentes”, noção ainda presente na memória social. Além disso, há grupos de trabalho (GTs) que são modos de incluir as pessoas abrigadas em demandas internas do abrigo – como serviços de limpeza, organização de espaços, emissão de documentos – e grupos focais sobre fragilidades estruturais, como violências de gênero, transfobia, discriminação e preconceito contra a população LGBTQIAPN+.

2 Dados registrados em diário de campo em 19/03/24.

No abrigo Pricumã, há uma equipe da FSF que desenvolve ações específicas voltadas à população LGBTQIAPN+, acompanhando de forma atenta os processos de autodeclaração. São realizadas atividades orientacionais e reuniões periódicas com a população LGBTQIAPN+ como estratégia para reduzir barreiras estruturais que dificultam sua inserção no país.

A sala de Participação Comunitária é onde boa parte das demandas é direcionada para as pessoas abrigadas e, também, onde circulam materiais impressos como cartilhas, pôsteres, panfletos, cartões de identificação, dentre outros. Muitos desses textos são direcionados a orientar sobre situações de violências de gênero, tratamentos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e atividades laborais, como parte do trabalho realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e demais instituições parceiras.

Foi por meio do contato com o espaço da sala de Participação Comunitária, no abrigo Pricumã, e das reuniões realizadas nesse local com a comunidade LGBTQIAPN+, que os materiais aqui analisados foram coletados. Os pôsteres e cartilhas ficam disponíveis para todas as pessoas que acessam o espaço e participam das atividades, sendo frequentemente utilizados durante “*charlas*”³ ou organizados de forma acessível para leitura livre pela comunidade.

Tendo isso em vista, servimo-nos da Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas (AIPP) proposta por Resende (2018) para explorar o potencial analítico dos significados emergentes em textos que formulam e operacionalizam políticas públicas. Os pôsteres e cartilhas analisados, ao retextualizarem leis em uma linguagem acessível e didática, funcionam como dispositivos de transposição discursiva, nos quais normas jurídicas são ressignificadas em práticas pedagógicas voltadas a populações em situação de vulnerabilidade. Nesse processo, os textos evidenciam como os significados ganham densidade contextual e assumem papel ativo na proposição/consecução de políticas que visam reduzir desigualdades. Ao mobilizarem categorias como gênero, sexualidade, nacionalidade e classe, os materiais analisados revelam não apenas o esforço institucional de garantir direitos, mas também a necessidade de considerar a interseccionalidade como eixo estruturante na formulação de políticas sensíveis às múltiplas formas de exclusão.

3 “*Charla*” é um termo em espanhol que significa conversa ou palestra. É utilizado de forma recorrente pelas pessoas no Abrigo Pricumã para fazer referência a momentos de diálogos informativos e reuniões.

Letramento, etnografia e estudos críticos do discurso: linhas gerais

Os textos coletados na sala de Participação Comunitária podem ser considerados materiais disponíveis para eventos de letramento no local. Para Izabel Magalhães (1995, p. 205), as práticas de letramento devem ser entendidas como “matrizes históricas que determinam a produção e a interpretação de instâncias concretas de textos falados ou escritos”. De caráter institucional, esses materiais de letramento participam na constituição de identidades, valores e crenças a respeito do que é ser e do que deve interessar uma pessoa LGBT refugiada no Brasil.

Como materiais textuais para análise discursiva, os textos não podem ser simplesmente retirados de seu contexto de uso, e, portanto, a análise demanda métodos que “permitam examinar em detalhe o papel do letramento na vida das pessoas e nas histórias e tradições de que fazem parte” (Barton & Hamilton, 1998, p. 57). Por isso é essencial situar o abrigo e suas práticas. Na pesquisa etnográfica junto ao abrigo Pricumã, métodos múltiplos são empregados, incluindo observação, notas de campo, entrevistas, oficinas, além da coleta de documentos, objeto deste artigo.

Eventos de letramento, como a leitura de materiais (predominantemente instrucionais) na sala de Participação Comunitária são situações particulares concretas, em que “um ‘texto’ está integrado à natureza das interações entre participantes e seus processos interpretativos” (Street, 2000, p. 20). Mesmo singulares, esses eventos não são descolados das práticas de letramento que os engendram, os modelos sociais que fornecem significados aos eventos de letramento relacionando-se a aspectos da cultura e da sociedade.

A perspectiva do letramento como prática social permite compreender comportamentos, crenças, valores, ideologias que dirigem a relação com textos em contextos, e assim “o letramento é visto como um campo para investigação de processos de hegemonia, relações de poder, práticas e discursos em competição” (Street, 2000, p. 25). Essa perspectiva de letramento coaduna-se aos estudos críticos do discurso.

Fairclough (2003) destaca que o discurso exerce papel fundamental na prática social, operando de três modos principais: como formas de ação (modos de agir), de representação (modos de representar) e de identificação (modos de ser). Esses modos relacionam-se, respectivamente, com os significados acional, representacional e identificacional do discurso, que dizem respeito à função da linguagem em eventos sociais, à maneira como textos representam o mundo (físico, mental ou social) e à construção de identidades no discurso.

Para operacionalizar esses sentidos em análise discursiva, Fairclough (2003) propõe categorias analíticas que ajudam a rastrear como a linguagem participa das práticas sociais. Conforme Resende e Ramalho (2019), a intertextualidade é uma dessas categorias e está ligada principalmente ao significado acional, pois diz respeito à presença e combinação de múltiplas vozes em um texto. Essa multiplicidade pode se manifestar por meio de diferentes formas de relato: direto (com citação literal entre aspas), indireto (com paráfrase e uso de verbos *dicendi*), indireto livre (o intermediário entre o relato direto e indireto) ou ainda, por meio de narrativas de atos de fala que relatam o tipo de ação, como "gritou", sem explicitar o conteúdo dito (Fairclough, 2003).

Neste artigo, a intertextualidade foi escolhida como categoria analítica central para analisar os fôlderes e cartilhas circulados no abrigo, pois nos textos analisados ecoam múltiplas vozes institucionais, jurídicas e sociais. O foco é saber como essas vozes são articuladas e como elas produzem ou disputam sentidos quando tratam de políticas públicas na agenda de gênero e sexualidade.

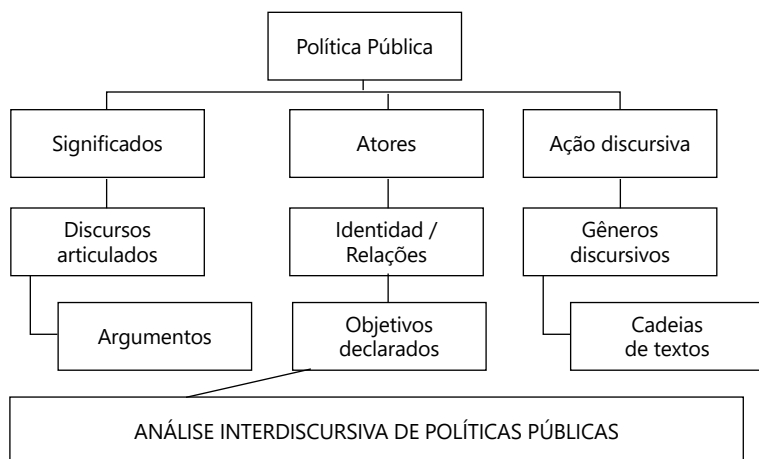
Outra categoria utilizada é a interdiscursividade, que identifica diferentes discursos articulados em um texto e a forma como são mobilizados. É por meio da identificação de determinados traços linguísticos/lexicais que podemos verificar como os discursos se realizam em textos, como formas posicionadas de representação de aspectos do mundo. Nas palavras de Magalhães (2011, p. 222), "os textos recorrem a discursos particulares. Esses discursos organizam as relações sociais de forma [que pode] reforçar poderes e privilégios [ou combatê-los]".

Ademais, utilizamos a categoria modalidade, que investiga a forma como alguém se compromete com o que diz. Para Fairclough (2003, p. 166), "a modalidade é importante na texturização de identidades, tanto pessoais quanto sociais, no sentido de que aquilo com que você se compromete é uma parte significativa do que você é". O autor esclarece que existem diferentes tipos de modalidade que estão associadas a diversos tipos de troca e funções da fala. As trocas de conhecimento, por exemplo, estão relacionadas a modalidade epistêmica que trata do grau de verdade com que alguém se compromete quando enuncia (com certeza /não está chovendo/ pode estar chovendo). A modalidade deontica relaciona-se com as trocas de atividade, e assim se refere ao compromisso com obrigatoriedade/necessidade (siga! você deve seguir! você pode seguir!). A predominância dessa categoria no material em análise pode revelar identificações nos textos e como se posicionam ao estabelecerem normas e aconselhamentos aos sujeitos sociais em situação de vulnerabilidade. Trata-se, também, de realização típica de textos instrucionais e normativos.

A pesquisa em andamento, de que este artigo decorre, acontece por meio de visitas ao abrigo Pricumã (Hammersley & Atkinson, 2007). No desenvolvimento da pesquisa, tivemos acesso aos espaços do abrigo, dentre eles a Sala da Participação Comunitária. Nesse local, foi possível coletar materiais que fazem parte dessa prática particular (Chouliaraki & Fairclough, 1999), num total de 14 impressos. Neste artigo vamos analisar cinco desses materiais, sendo dois pôsteres e três cartilhas educativas, que tratam temas de violência sexual e de gênero, saúde reprodutiva e direitos da população LGBTQIAPN+. A AIPP, nos servirá, então, de eixo para análise dos dados, pois os eventos de letramento em tela são significados que emergem de documentos produzidos por atores sociais articulados ao Estado na proposição e consecução prática de políticas públicas.

A proposta da AIPP considera o discurso como chave para estudar o que uma sociedade, em um espaço-tempo definido, entende ser desejável e possível como prática para linhas públicas de ação, e prioriza o foco em políticas voltadas para desigualdades de gênero, classe e raça/ etnia, e suas interseccionalidades (Resende, 2018). Pesquisas com base em análise crítico discursiva podem ser úteis para a investigação de políticas públicas em três direções: (1) discursos, narrativas, legitimações e estratégias; (2) relações dialéticas entre gêneros, discursos e estilos que concorrem para a configuração da prática; (3) relações dialéticas entre o elemento semiótico e os demais elementos da prática investigada.

Figura 1. - AIPP



Fonte: elaboração própria

Os dados para investigação discursiva nesse âmbito podem ser de diversas naturezas, e no nosso caso escolhemos documentos que realizam parte da ação discursiva de uma política pública. Do diagrama proposto para a AIPP, serão objetos de nossa análise especialmente os elementos alinhados à esquerda do diagrama: ação discursiva, gêneros discursivos e cadeias de textos, mas também faremos referências a atores, identidades, relações, objetivos, discursos e significados vinculados às políticas pertinentes ao estudo.

Fôlder e cartilha: sobre os gêneros discursivos

Antes de passar às análises discursivas propriamente ditas, é necessário refletir sobre as características gerais dos gêneros discursivos que nos interessam aqui: fôlder e cartilha. Ambos são gêneros do tipo informativo ou instrucional, o que de saída já delimita papéis para a voz que enuncia (que informa e instrui, que compartilha por tanto informações) e a leitora (que busca instrução). Esses papéis são centrais para a ação realizada por meio desses textos. Fôlderes são elaborados para os mais diversos fins informativos e contemplam diferentes maneiras de apresentação. No entanto, há uma uniformidade textual característica. O gênero tem sua origem nos campos da publicidade e do marketing, e nesses contextos utilizam especialmente linguagem exortativa e persuasiva. Tal como na publicidade, o fôlder publicitário tem por finalidade atrair a atenção, transmitir uma mensagem clara e convencer o público a agir de determinada maneira, seja consumir um produto, procurar um serviço, adotar um comportamento ou aderir a uma causa. Para isso, utiliza recursos estilísticos e visuais próprios da publicidade, tais como a linguagem objetiva com marcadores verbais do tipo imperativo ou presente do indicativo, em primeira ou em segunda pessoa, buscando estabelecer proximidade com quem lê e orientar condutas. Mas fôlderes também são utilizados em outros domínios de linguagem, como o acadêmico, por exemplo nos fôlderes que divulgam programação de eventos. Muitos outros domínios também se servem desse gênero, incluindo a divulgação de políticas públicas, como é o caso aqui.

Nos fôlderes que analisamos na próxima seção a descrição é o principal pré-gênero (Fairclough, 2003; 2016) utilizado, seguido de aconselhamento, pois trazem de forma objetiva informações que dizem respeito ao que é violência sexual e de gênero, como ocorre, que profissionais podem prestar atendimento

a vítimas e como se deve proceder. Nessas descrições predominam verbos no particípio presente e presente do indicativo, e as instâncias de aconselhamento seguem utilizando verbos no modo indicativo.

No caso das cartilhas, Mozdzenski (2006) comenta sua origem nas práticas catequistas da igreja católica no século XV, que utilizavam diversos livretos com o objetivo de doutrinação nas colônias portuguesas, como o Brasil. O autor destaca também que as cartilhas de alfabetização, surgidas posteriormente, exerceram influência na conformação do que hoje compreendemos como cartilhas educativas – como as que serão analisadas na próxima seção. Cartilhas educativas contemporâneas resultam da junção desses dois gêneros anteriores: as cartilhas religiosas e as cartilhas de alfabetização (Mozdzenski, 2006), ambos gêneros instrucionais, ainda que de domínios distintos (religioso e pedagógico). É, portanto, da hibridação entre ideologias religiosa e escolar que se forma o discurso educacional característico das cartilhas que aqui analisamos.

As cartilhas em análise têm como pré-gênero principal a argumentação, mas também articulam mecanismos instrucionais, dada a natureza própria do gênero. Cada uma se dedica a um tema específico, mas todas cumprem o propósito comunicativo principal de informar, instruir, orientar. Têm como público-alvo pessoas vulneráveis em termos de gênero, como mulheres (cis e trans), travestis e população LGBTQIAPN+. As capas das cartilhas estabelecem relação entre elas, pois a partir das capas podemos identificá-las como conjunto ou coleção:

Figura 2. Cartilhas UNFPA



Fonte: textos coletados no abrigo Pricumã⁴

⁴ As cartilhas em tela são escritas em duas línguas: português e espanhol, uma vez que também se destinam à população venezuelana. Neste artigo analisamos os excertos em língua portuguesa.

Vale destacar que os textos analisados aqui guardam forte intertextualidade com leis de apelo social, como a Maria da Penha, e, além de serem mecanismos pedagógicos que lançam mão da ferramenta da transposição didática, de forma a facilitar a compreensão e transmissão de conteúdo de natureza discursiva jurídica, realizam políticas públicas em sua fase clássica de "implementação" (Secchi, 2010; Gonzalez, 2020).

Na próxima seção, nos dedicamos à análise discursiva dos materiais coletados no abrigo e que aqui nos servem para discutir como as políticas públicas em tela se texturizam nos objetos de letramento disponíveis nesse ambiente institucional.

Análise crítico-discursiva dos dados

Os pôlderes articulam ocorrências intertextuais em relato indireto ou sem marcadores explícitos que estabeleçam os limites entre a voz autoral enunciada nos textos e outras vozes institucionais. Assim, as vozes intertextualmente articuladas mesclam-se, como vemos nos excertos a seguir:

(1) No Brasil, a violência doméstica ou familiar contra a mulher é penalizada com mais severidade pela lei Maria da Penha. Esta lei castiga atos de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral contra a mulher, mulher trans e travesti. (fôlder *Violência Sexual e de Gênero no Brasil*)

(2) [...] esses serviços ⁵são oferecidos de forma gratuita e não é necessário realizar denúncia de violência (registro do chamado B.O. junto a autoridade policial) para receber a atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). (fôlder *Serviço de atenção às pessoas em Situação de Violência Sexual*)

No excerto (1), a intertextualidade é identificada por meio de resumo ou paráfrase da lei Maria da Penha, ao mencionar, de forma sucinta, quais são os tipos de violência que a referida lei contempla (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Aqui, o limite entre a voz do fôlder e a voz do Estado é a própria referência à lei como fonte citada pelos/as produtores do material, mas sem marca de citação que faça a separação entre as vozes.

5 Ao fazer referência aos serviços o excerto trata do atendimento médico oferecido pelo SUS para casos de violência sexual de gênero.

Há um sentido emergente adicionado quando o texto cita que a violência de que trata a lei protege mulheres (cis), mulheres trans e travestis. A perspectiva crítica de gênero com reconhecimento da diversidade de possibilidade de ser mulher é adicionada no material, com efeito de incluir e legitimar a diversidade de gênero, rompendo com a noção binária, heterocentrada de que apenas mulheres cis adultas seriam vítimas “legítimas” desse tipo de violência.

Em (2), não é possível identificar limite explícito (com marcadores do tipo verbal, dêiticos etc.) entre a voz do fôlder e outras vozes. Mas na utilização de termos como “de forma gratuita” e “não é necessário realizar denúncia”, recontextualiza-se a lei do Minuto Seguinte⁶, que trata do atendimento obrigatório e gratuito ofertado pelo SUS às pessoas vítimas de violência sexual. Essa estratégia intertextual, em que se mescla a voz do Estado à voz do fôlder, é normalmente utilizada nesse gênero, de modo a legitimar orientações apresentadas no material, mas sem usar muito do espaço disponível, daí as relações intertextuais não serem marcadas.

Além disso, a forma como perguntas e respostas são organizadas em ambos os fôlderes simula interação com a leitora do texto e faz com que a enunciação passe de uma descrição para uma espécie de aconselhamento, visto que as respostas dadas correspondem ao que se supõe ser de interesse e necessidade do público-alvo do material.

Para Fairclough (2016), a entrevista e o aconselhamento estão entre os gêneros que atuam a intenção de colonizar ordens do discurso de instituições contemporâneas. Nesse sentido, o aconselhamento, por natureza terapêutico, pode ser também escolar, médico, profissional publicitário e, também, jurídico/institucional, como no caso dos fôlderes aqui analisados.

Segundo o mesmo autor, esse aspecto, em particular, evidencia a complexidade e a ambivalência do aconselhamento em termos ideológico e político. Quando utilizado em espaços terapêuticos, ocupa um lugar no acolhimento psicossocial, o que pode posicioná-lo em um campo de empoderamento. Contudo, ao ser usado como prática disciplinar por diferentes instituições, trazendo “sutilmente aspectos das vidas particulares das pessoas para o domínio do poder” (Fairclough, 2016, p. 135), pode configurar uma técnica hegemônica.

6 A Lei do Minuto Seguinte, como ficou conhecida a Lei nº 12.845/2013, é uma norma federal que orienta hospitais da rede pública de saúde (SUS) a prestarem atendimento emergencial a vítimas de violência sexual. L12845

Nos fôlderes analisados aqui, o aconselhamento serve para explicar como agir em casos de violência sexual e de gênero. De modo geral, as possíveis soluções para o problema – a violência sexual – são sugeridas de forma muito focada no atendimento médico das vítimas, ou, ainda, com indicações que conduzem às delegacias ou canais especializados de atendimento telefônico, o que pode favorecer o acesso a políticas públicas disponíveis no país, sendo fonte informativa necessária. A seguir organizamos alguns exemplos:

(3) O que fazer depois da agressão? Se possível, não tome banho antes da avaliação médica/ guarde as roupas em uma bolsa de plástico e leve à unidade de saúde. (Fôlder *Serviço de atenção às pessoas em Situação de Violência Sexual*)

(4) Registre um boletim de ocorrência em uma delegacia de polícia/ Informe a polícia se alguma medida de proteção é necessária/ ligue 180 para reportar situações de violência contra mulher. (Fôlder *Violência Sexual e de Gênero no Brasil*)

No trecho (3), primeiramente, observa-se a escolha lexical por “agressão”, eufemismo que substitui termos como “violência sexual”, “abuso sexual”, “violação sexual” e outros. Isso pode atenuar a gravidade da violência sexual, tratando-a como evento isolado e descontextualizado, dificultando o reconhecimento ou a nomeação da violência por parte da vítima, principalmente, considerando que muitas vezes, esse tipo de violação vem seguida de coação psicológica e manipulação (Saffioti, 2015).

Em seguida, o mesmo fôlder traz a sentença modalizada “se possível” acompanhada de aconselhamento sobre algumas medidas que podem ser tomadas pela vítima após sofrer violência. A orientação de que a pessoa violentada “não tome banho antes da avaliação médica” é fundamental para a preservação de provas biológicas que podem ter impacto na investigação criminal, mas o aconselhamento desacompanhado da justificativa indica uma priorização médico-sanitária-policial, desconsiderando que o banho, para muitas pessoas nessas situações, pode ser uma tentativa imediata de limpeza emocional e física.

As estruturas de aconselhamento no fôlder focalizam exclusivamente ações de quem sofreu a violência, deslocando a atenção da estrutura social que permite e perpetua a violência de gênero, e das responsabilidades sociais das testemunhas. O agressor não aparece na construção discursiva, o que pode reforçar a lógica de que cabe à vítima tomar medidas para garantir a punição do crime e a obtenção de justiça. Por exemplo, a orientação “guarde as roupas em uma bolsa de plástico e leve à unidade de saúde” realiza objetivo técnico compreensível, mas esse

aconselhamento reforça a ideia de que a vítima precisa agir “corretamente” para que sua denúncia tenha credibilidade, discurso que se alinha a uma perspectiva neoliberal de responsabilização das sujeitas.

Reconhecemos, obviamente, a relevância das orientações fornecidas no fôlder para situações de violência que precisam ser levadas à justiça, assim como que para que isso aconteça é essencial que as provas produzidas sejam preservadas. O que discutimos aqui é a forma como esse aconselhamento deixa de reconhecer aspectos sensíveis da violência sofrida, tratando-a em termos bastante técnicos e assépticos, e conduzindo a uma possível responsabilização da vítima.

No excerto (4), no fôlder Violência Sexual e de Gênero no Brasil, novamente a vítima é tratada como sujeita da ação. É ela quem deve registrar o boletim, informar sobre a necessidade de proteção e acionar a central de denúncias. Essa centralização de responsabilidades pode gerar um efeito de culpabilização indireta e pressupõe que a proteção e a justiça só acontecerão se a vítima tomar todas as medidas corretas, no tempo certo e pelos canais adequados. Outro ponto que merece atenção nesse excerto (4) é a noção de acesso e funcionalidade das instituições de justiça e segurança pública. Ao sugerir que se registre o boletim de ocorrência ou se procure a polícia para solicitar medidas protetivas, ignora-se que muitas mulheres – especialmente negras, indígenas, trans migrantes e moradoras de periferias ou zonas rurais – não possuem acesso efetivo seguro e acolhedor a esses serviços. Para mulheres, delegacias não são lugares de escuta e proteção, mas sim espaços de revitimização, racismo institucional, homofobia e negligência (Saffioti, 2015).

Nos excertos (3) e (4), observa-se a predominância da modalidade deôntica, que se manifesta de inúmeras formas, dentre elas o uso de verbos no imperativo, como em: “guarde as roupas”, “leve à uma unidade de saúde”, “registre B.O.”, “informe a polícia” e “ligue 180”. Essas escolhas realizam o tom prescritivo típico de discursos institucionais que orientam condutas a partir de uma lógica normativa. A modalidade deôntica, nesse contexto, marca também alto grau de comprometimento com a obrigatoriedade das condutas prescritas e atua como instrumento de performatividade discursiva, produzindo efeito de dever moral e institucional.

Desse modo, constrói-se uma voz imperativa que não permite contestação, estabelecendo o que deve ser cumprido. A associação desses verbos no imperativo a sentidos de Estado protetor e justiça efetiva – “[você] tem direito à atenção médica”, “Busque ajuda!” “[você] tem direito a receber assistência médica,

psicossocial e jurídica” – também fortalece as indicações prescritas no material, construindo um ethos de eficácia ao Estado que se afasta bastante da experiência empírica, mas realiza uma identidade de projeto.

Essa perspectiva alinha-se ao modo como são construídas as convenções discursivas nos textos em análise (Fairclough, 2016; 2003), em que o discurso jurídico-institucional se manifesta na forma como o aconselhamento recontextualiza dispositivos legais, como a lei Minuto Seguinte e Maria da Penha, reforçando uma lógica de acolhimento mediada por normas e instituições. Nesse contexto, os folhêres orientam a busca por delegacias e o acionamento de canais oficiais de atendimento, como o Disque 100, o Disque 180 e o 190. Tais indicações são dirigidas a vítimas frequentemente fragilizadas pela experiência de violência, que, em muitos casos, ainda não conseguem sequer reconhecer o ocorrido como ato violento ou encontrar meios para verbalizá-lo. Nesse sentido os materiais instrucionais são mais eficazes se acessados anteriormente a qualquer situação que os demande, e sua distribuição no abrigo é uma boa estratégia de proteção. Uma vez que são utilizados em momentos de escuta, diálogo e formação, funcionam como ferramentas pedagógicas de empoderamento para mulheres cis e trans e demais pessoas LGBT migrantes que vivem sob múltiplas formas de exclusão.

Nos textos analisados, predominam soluções que se alinham ao discurso médico sanitário para o atendimento de pessoas vítimas de violência sexual. Há, de forma recorrente, nos dois materiais, a indicação para buscar o SUS; fazer exames sorológicos; tomar medicamentos; evitar gravidez e realizar a profilaxia contra ISTs, tudo isso no prazo de 72 horas estipulado nas orientações. Todas essas orientações são importantes e necessárias, mas chama atenção a ausência de uma perspectiva mais acolhedora ao lado das instruções policiais e sanitárias.

O discurso do Estado protetor atravessa tanto o discurso médico-sanitário quanto o jurídico-institucional, funcionando como uma espécie de fio condutor que legitima a atuação das instituições públicas diante da violência de gênero. Ele parte do pressuposto de que a efetividade das políticas públicas está ancorada na existência e na aplicação das leis, apresentando o Estado como responsável por garantir proteção, justiça e cuidado às vítimas. Nesse sentido, é mobilizada não apenas como instrumento normativo, mas como símbolo da presença ativa e reparadora do Estado. Tal discurso reforça a ideia de um poder público que orienta e intervém, buscando transmitir segurança e confiança às pessoas em situações de vulnerabilidade.

Contudo, não se pode deixar de frisar que, no abrigo Pricumã, o uso desses materiais foi especialmente significativo para mulheres cis e trans, muitas das quais não tiveram acesso anteriormente a esse tipo de material educativo e tampouco às políticas públicas apresentadas. A linguagem simples, os exemplos cotidianos e a presença de traduções e mediações dialogadas, permitiram a apropriação dos conteúdos e a sensibilização sobre o acesso às políticas públicas.

Quanto às cartilhas aqui consideradas como dados, a análise acional focalizou como categoria analítica a intertextualidade, entendida como articulação entre vozes em textos, ou entre textos. A cartilha “Entenda a Lei Maria da Penha (ELMP)” apresenta ocorrências intertextuais, em sua maioria, em relato indireto mobilizadas ao longo do texto e a cartilha “LGBTQI no contexto migratório” inclui vozes articuladas tanto em relato direto como indireto. A seguir, apresentamos alguns excertos que serão discutidos:

(5) A lei [define que violência doméstica contra a mulher é crime] aponta formas de evitar enfrentar e punir a agressão. A lei indica a responsabilidade que cada órgão tem para ajudar a mulher que está sofrendo violência. (cartilha *ELMP*)

(6) O parecer da Procuradoria Geral afirma que “não é possível que uma pessoa seja tratada socialmente como se pertencesse ao gênero diferente do que se identifica e se apresenta publicamente, pois a identidade de gênero encontra proteção no direito da personalidade e da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição” (cartilha *LGBTQI no contexto migratório*)

(7) Os termos homofobia e transfobia vêm sendo utilizados, de forma geral, para se referir a manifestações de preconceito e discriminação em razão de orientação sexual e contra pessoas trans [...]. Para a Associação de travestis, transexuais e transgêneros do estado de Roraima (ATTERR), “Homofobia, lesbofobia e transfobia são uma gama de atitudes negativas, manifestadas através de repulsa emocional, medo, violência, raiva ou desconforto sentidos ou expressos em relação as pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos impostos pela nossa cultura machista, sexista, patriarcal”. (cartilha *LGBTQI no contexto migratório*)

No excerto (5), a voz do Estado é articulada por meio do relato indireto marcado não por verbos dicendi tradicionais, mas pelos metafóricos “aponta” e “indica”. É dessa forma indicativa de direção que mobiliza o conteúdo da lei Maria da Penha, sem citá-la diretamente, mas reinterpretando suas diretrizes. Dessa forma, há uma recontextualização do discurso jurídico em uma prática

discursiva pedagógica e informativa, reforçando o papel do Estado como protetor e organizador da resposta social à violência de gênero, fato que converge para o propósito comunicativo instrucional que o gênero cartilha preconiza.

Ainda em (5), há o uso do termo “a mulher” como categoria hegemônica centrada em um padrão de gênero normativo binário, reforçando, assim, ausências implícitas no uso do termo, por exemplo: mulheres trans e travestis não são contempladas aqui, uma vez que não são nomeadas e podem não estar consideradas no singular “a mulher”. Isso indica que outras mulheridades, igualmente marcadas pela violência de gênero, não são entendidas como sujeitas de direitos. Ainda que essa opção lexical possa estar vinculada a propósitos didáticos ou à tentativa de facilitar a compreensão do texto, ela resulta em apagamentos que reiteram práticas discursivas excludentes e colaboram para a reprodução de estruturas de discriminação institucionalizada.

Em (6) a voz institucional da Procuradoria Geral da União (PGU) é mobilizada por meio de relato direto, ao citar, entre aspas, a formulação de um parecer jurídico atribuído a esse órgão. A menção explícita à PGU, parte do sistema de justiça, confere ao enunciado um elevado grau de autoridade institucional, estabelecendo uma voz legítima e normativa tanto no campo jurídico quanto social. Esta citação é utilizada para justificar o direito de pessoas trans e travestis ao uso de banheiros públicos, fundamentando-se na voz institucional para validar essa ação. Nesse contexto, o direito da personalidade, que tradicionalmente abarca elementos como nome, imagem, honra e identidade, é articulado com a identidade de gênero, expandindo o escopo jurídico para incluir as lutas contemporâneas por reconhecimento e igualdade.

No excerto (7), um trecho em relato direto retoma a voz de outra instituição parceira na produção da cartilha, a Associação de travestis, transexuais e transgêneros do estado de Roraima (ATTERR). Essa estratégia visibiliza, para além das diferentes vozes institucionais, a voz de movimento social, presente, nessa cartilha em específico, como parte da ação para a ruptura de padrões hegemônicos de gênero.

Ao citar, em forma de relato direto, a voz do grupo social ATTERR, o texto mobiliza a legitimidade de um discurso contra-hegemônico enunciado por sujeitas e sujeitos historicamente marginalizados. A ATTERR, coletivo inserido em práticas de luta por justiça social, aciona uma autoridade ancorada na experiência vivida, a partir de um lugar de fala que não apenas reivindica direitos, mas denuncia e resiste às múltiplas formas de preconceito e exclusão. Nesse contexto, ao definir

os termos “homofobia”, “lesbofobia” e “transfobia”, o grupo articula essas formas de violência a sistemas mais amplos de opressão, como o patriarcado, o sexismo e o machismo.

De outro modo, na cartilha “Saúde sexual e infecções sexualmente transmissíveis (SSIST)”, as ocorrências intertextuais não aparecem com marcadores específicos, como verbos dicendi, mudança de pronomes e tempos verbais ou dêiticos, mas são identificadas como resumos, paráfrases de fragmentos textuais em que ecoam vozes de outras instituições, como o Ministério da Saúde, visto que o material é construído sob uma perspectiva instrucional sanitária oriunda de normativas nacionais. Vejamos:

(8) As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias e protozoários. Estes agentes infecciosos encontram-se nos fluidos corporais, como sangue, esperma e secreções vaginais. (cartilha SSIST)

Aqui não há presença explícita de um discurso relatado, não é possível identificar um limite entre vozes, mas dada a identificação dos termos oriundos do campo da saúde, pressupõe-se que outras instituições sanitárias foram usadas como referências para compor o texto. Essas informações sobre IST podem ser facilmente acessadas no portal do Ministério da Saúde e aqui aparecem de forma resumida com pequenos ajustes do texto presente no site. O texto da cartilha convoca termos como “vírus”, “bactérias”, “agentes infecciosos”, “sangue”, “fluidos corporais”, que correspondem a um vocabulário técnico especializado, próprio da medicina. Esses termos, inscrevem o enunciado no campo do discurso médico-sanitário, cuja autoridade discursiva se legitima pelo apelo à verdade factual. Essa estratégia discursiva serve tanto para legitimar o dito como para simplificar e didatizar as informações trazidas no material.

Nos excertos trazidos aqui, é possível observar que os itens lexicais estabelecem interdiscursos, essencialmente o jurídico-normativo com ênfase na explicação das leis, das penas e dos mecanismos institucionais de proteção (“encontra proteção no direito da personalidade”, “previsto na Constituição”, “seguindo a determinação da Resolução n.º 11, de 18 de dezembro de 2024”). Também convocam o discurso do Estado protetor, que posiciona o Estado como garantidor dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+, especialmente no enfrentamento à violência doméstica e violência de gênero (“A lei indica a responsabilidade que cada órgão tem para ajudar a mulher”).

É importante destacar que os textos analisados, tanto as cartilhas quanto os fôlderes, resultam de uma parceria entre atores sociais (UNFPA, ACNUR) e o governo brasileiro, configurando uma autoria marcada por interesses convergentes em torno da agenda de direitos humanos e políticas públicas. Nessa relação autoral institucionalizada, observa-se uma voz institucional que cumpre dupla função discursiva: de um lado, recontextualiza políticas públicas nacionais voltadas às questões de gênero, sexualidade, saúde; de outro, articula essas políticas a uma linguagem internacional de direitos promovida pelas Nações Unidas.

De outro modo, essa centralidade institucional é tensionada na cartilha “LGBTI em contexto migratório”, pois ao convocar a voz da ATERR para compor o material, legitima a experiência vivida de pessoas marginalizadas socialmente como forma de conhecimento e rompe a lógica vertical típica de textos oficiais. Posiciona esses saberes como produtores de novos sentidos na defesa de direitos. Nesses termos, as cartilhas revelam distintos níveis de engajamento com significados emergentes no campo das políticas públicas na agenda de gênero e sexualidade. Entre as três cartilhas, a que mais tensiona sentidos hegemônicos é a Direitos da Comunidade LGBTQI+, pois inclui termos em disputa como “identidade de gênero”, “nome social”, “expressão de gênero”, etc., articulados às diversas vozes institucionais, inclusive de grupos sociais como ATERR.

Conclusões

Neste artigo buscamos fazer uma análise interdiscursiva de políticas públicas (AIPP) sobre a agenda de gênero e sexualidade em contexto específico, partindo do princípio de que políticas públicas são entendidas como objetos discursivos e como tal, podem ser analisadas desde a fase de discussão, proposição como lei, consecução e divulgação em formas e gêneros diversos, como os que aqui analisamos.

Desse modo, os fôlderes e cartilhas analisados, longe de serem meramente informativos, atuam como instrumentos discursivos em uma prática social complexa e propiciam o acesso às políticas públicas para pessoas vulneráveis, como mulheres cis e trans, populações LGBTQIAPN+, migrantes e refugiadas. Produzidos em parceria entre agências da ONU e governo brasileiro, bem como organizações da sociedade civil, como ATERR, esses textos pautam problemas estruturais de raça, classe e gênero, mas também apontam caminhos de acesso a direitos historicamente negligenciados.

Na análise interdiscursiva, foi possível identificar que tanto os fôlderes como as cartilhas convocam vozes institucionais (em relato direto e indireto) para construir e recontextualizar normativas legais, utilizando escolhas lexicais que posicionam os textos em discursos jurídico-normativos, constroem um ethos de Estado protetor e assumem o discurso médico-sanitário. Em maior ou menor grau, incluem sentidos emergentes, como nos casos em que utilizam termos como mulheres cis, trans, travestis ao lado das referências e diretrizes de políticas públicas contra a violência de gênero; quando investem na desmistificação de noções que alimentam o ciclo da violência; ou ainda, nas instâncias que incluem termos que legitimam os direitos de populações LGBTQIAPN+.

A análise interdiscursiva ao lado da pesquisa etnográfica no espaço do abrigo Pricumã possibilitou a percepção de que é por meio da apropriação por práticas coletivas que esses textos ganham força. As “charlas” e mediações linguísticas transformam esses textos em materiais pedagógicos de construção de sentido e promovem letramento crítico quando mulheres cis e trans migrantes passam a se reconhecer como sujeitas de direitos. É nesse uso situado que os sentidos emergentes em políticas públicas se tornam visíveis: o nome social torna-se prática, a denúncia da violência deixa de ser tabu, sexualidades e identidades dissidentes se afirmam como dignas de reconhecimento.

Referências

- Agualusa, J. (2004). *O vendedor de passados*. Editora Record.
- Andrade, V. (2016). Desafios no atendimento, acolhida e integração local de imigrantes e refugiados/as LGBTI. *Cadernos OBMIGRA*, 2(2), 1-34. https://www.sogica.org/wp-content/uploads/2017/10/Desafios_no_atendimento_acolhida_e_integ.pdf
- Baeninger, R., Demétrio, N., & Domenicone, J. (2002). Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. *Revista Latinoamericana de Población*, 16(2), 1-29. <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/6/49>
- Barton, D., & Hamilton, M. (2000). *Local literacies: reading and writing in one community*. London: Routledge.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Routledge.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília.
- Froemming, C., Irineu, B., & Navas, K. (2010). Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. *Revista Pública*, 14(número especial), 161-172. http://www.academia.edu/66279325/Gênero_e_Sexualidade_Na_Pauta_Das_Políticas_Públicas_No_Brasil

- Gonzalez, C. G. (2020). *Articulações entre análise de políticas públicas e de discurso: representações midiáticas e controle da agenda de educação para a diversidade*. [Trabalho de conclusão de curso de especialização, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília].
- Hammersley, M., & Atikson, P. (2007). *Ethnography Principles in practice*. Taylor & Francis e-Library.
- Magalhães, I. (1995). Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. Em A. Kleiman (Ed). *Os significados do letramento*. Mercado de letras.
- Magalhães, I. (2011). Textos e práticas socioculturais – discurso, letramentos, identidades. *Linha d'água*, 24(2), 217-233. <https://revistas.usp.br/linhadagua/issue/view/3085>
- Magalhães, I., Martins, A., & Resende, V.M. (2017). *Análise de discurso Crítica um método de pesquisa qualitativa*. Editora Universidade de Brasília.
- Mozdzinski, L. (2006) *A cartilha jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Resende, V. M. (2018). Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas: Reflexão Epistemológica. *Ámbitos Revista Internacional de Comunicación*, 39(edición de invierno), 57-70. <https://idus.us.es/items/80407cb8-0f61-476d-b7f1-eaae3b7404c0>
- Resende, V. M., & Ramalho, V. (2019). *Análise de discurso crítica*. Contexto.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.
- Street, B. (2000). Literacy events and literacy practices: theory and practice in the New Literacy Studies. Em M. Martin-jones & K. E. Jones (Eds.), *Multilingual literacies: reading and writing different worlds*. Jonh Benjamin Publishing Company.
- Torres, G., & Santos Junior, R. (2024). Políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil: conquistas e retrocessos diante do neoconservadorismo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 15(23), 58-101. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/download/35436/18894/129054>